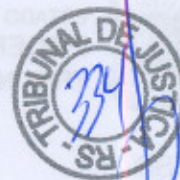




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



LFSD

Nº 70012930285

2005/CÍVEL

**APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO.
LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. AÇÃO
DE COBRANÇA. SERVIÇOS FUNERÁRIOS. LEI
MUNICIPAL Nº 177/97. INCIDENTE DE
INCONSTITUCIONALIDADE. PLAUSIBILIDADE DA
ALEGAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DOS ARTS. 2º, 84 E
170 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DOS ARTS. 10,
82 E 157 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.**

**SUSCITADO INCIDENTE DE
INCONSTITUCIONALIDADE.**

**APELAÇÃO REEXAME NECESSÁRIO PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
Nº 70012930285 COMARCA DE ERECHIM**

JUIZ DE DIR DA 1A VARA CIVEL DE ERECHIM APRESENTANTE

MUNICIPIO DE ERECHIM APELANTE

LEO MARINO PASSUELLO APELADO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Magistrados integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, suscitar incidente de inconstitucionalidade.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores **DES. CARLOS ROBERTO LOFEGO CANÍBAL (PRESIDENTE) E DR. MIGUEL ÂNGELO DA SILVA.**

Porto Alegre, 22 de março de 2006.

DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI,



LFSD
Nº 70012930285
2005/CÍVEL

Relator.

RELATÓRIO

DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI (RELATOR)

Trata-se de reexame necessário e apelação cível interposta pelo MUNICÍPIO DE ERECHIM contra a sentença de fls. 288/289 que julgou parcialmente procedente a ação de cobrança que lhe move LEO MARINO PASSUELLO, condenando-o a pagar ao autor o valor referente aos serviços funerários prestados a partir de fevereiro de 1998, sendo que para cada óbito posterior a abril de 2002, o valor a ser pago é R\$ 230,00, apurando-se em liquidação por arbitramento os valores relativos ao período de fevereiro de 1998 a abril de 2002.

Em suas razões (fls. 291/297) sustenta: a) não existe nos autos prova da inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 177/97, bem como de que esta teria sido revogada pela Lei nº 3.495/02; b) não houve tal revogação; c) a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 177/97 em mandado de segurança anterior teve efeitos "inter partes"; d) o art. 2º, §2º da Lei nº 177/97 determina que as empresas que já estivessem explorando o serviço funerário, quando da sua publicação, passariam a se tornar permissionárias, mediante a assinatura de contrato de permissão; e) somente em abril de 2002 ficou estabelecido o valor de R\$ 230,00 para cada óbito, de modo que se presume que antes da referida data não havia sequer a pretensão de receber qualquer valor pelo serviço; f) não houve prejuízo com a prestação dos serviços gratuitos, ao contrário, houve uma forma de publicidade indireta utilizada pela empresa; g) não concorda com a condenação ao pagamento de 12% a título de honorários e metade das custas, ante a sucumbência recíproca.

Contra-razões apresentadas às fls. 301.



LFSD

Nº 70012930285

2005/CÍVEL



municipal. Ofensa aos princípios da independência e harmonia dos Poderes. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade formal. Flagrante, também, conforme precedentes desta Corte, vício substancial, por afetado princípio como o da concorrência livre. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70007460249, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Janyr Dall'Agnol Júnior, Julgado em 30/08/2004)

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL DE CANOAS QUE DISPOE SOBRE O SERVICO FUNERARIO NO MUNICIPIO. ORIGEM NA CAMARA DE VEREADORES. OFENSA AO PRINCIPIO DA INDEPENDENCIA E HARMONIA ENTRE OS PODERES. VICIO DE INICIATIVA. Acao JULGADA PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70004655536, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Carlos Branco Cardoso, Julgado em 18/08/2003)

Pelo exposto, SUSCITO INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE, a ser apreciado pelo Tribunal Pleno desta Corte.

DR. MIGUEL ÂNGELO DA SILVA (REVISOR) - De acordo.

DES. CARLOS ROBERTO LOFEGO CANÍBAL (PRESIDENTE) - De acordo.

DES. CARLOS ROBERTO LOFEGO CANÍBAL - Presidente - Apelação Reexame Necessário nº 70012930285, Comarca de Erechim: "À UNANIMIDADE, SUSCITARAM INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE."

Julgador(a) de 1º Grau: PAULO IVAN ALVES MEDEIROS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

LFSD
Nº 70012930285
2005/CÍVEL



Número Verificador: 700129302852006185735

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário: Luiz Felipe Silveira Difini
Nº de Série do certificado: 76968747B2649E0D0E6C1B6CC88DE3CA
Data e hora da assinatura: 22/03/2006 17:40:13

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE LEI
MUNICIPAL DE CANOAS QUE DISPE SOBRE O
SERVICO FUNERARIO NO MUNICIPIO. ORIGEM NA
CAMARA DE VEREADORES. OREMSA AO PRINCIPIO
DA INDEPENDENCIA E HARMONIA ENTRE OS
PODERES VIO DE INICIATIVA. ACAO JULGADA
PROCEDENTE. Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº
70012930285, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS,
Relator: João Carlos Branco Canibal, Julgado em
18/08/2006)

DE INCIDENTE SUSCITO exposto, pelo
INCONSTITUCIONALIDADE, a ser apreciada pelo Tribunal Pleno desta Corte.

DR. MIGUEL ÂNGELO DA SILVA (REVISOR) - De acordo.

DES. CARLOS ROBERTO LOREGO CANIBAL (PRESIDENTE) - De acordo.

DES. CARLOS ROBERTO LOREGO CANIBAL - Presidente - Acolhação
Reexame Necessário nº 70012930285, Comissão de Eleições "A"
UNANIMIDADE, SUSCITARAM INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE.

Julgador(s) de 1º Grau PAULO IVAN ALVES MEDEIROS